



1 **SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 318**

2 Dia: 13 de março de 2024.

3 Horário: 08h

4 Local: Casa dos Conselhos

5 **Ata nº 318**

6
7 **Conselheiros Presentes:** João Pedro Nacif Baraillon-PROGEM; Verinha Albano de Liz-Secretaria de
8 Educação; Rita de Cássia Lang-Secretaria de Educação; Jamile Araújo Yared- Secretaria de Assistência
9 Social; Luís Felipe Stancke- Fórum Municipal de Trabalhadores do SUAS; Maria Aparecida da Fonseca-
10 Cáritas Diocesana de Lages; Fabrício Marcelo Ribeiro Matos-APAE; Barbara Varela-CIEE; Huan Ícaro Piran-
11 Fórum Municipal de Trabalhadores do SUAS; Maria Auxiliadora Guedes-usuária da política; Elloah Dessana
12 Cruz-Fundação Carlos Joffre do Amaral; Janaína Schlickmann de Souza-Secretaria de Saúde; Francine
13 Nunes Correia-APAS; Vanilda Antunes Correa-ASDF;

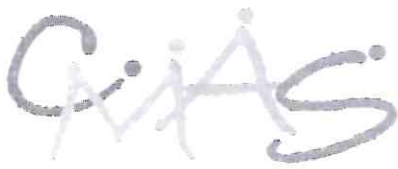
14
15 **Ouvintes:** Eufrásia Padilha-SMAS; Flaviano Antunes-SMAS e Naiane Dirksen-SMAS

16
17 **Justificativa de Ausência:** Danielle Angeli-Secretaria de Política para a Mulher; Claudia Geremia-
18 Secretaria de Assistência Social; Bernadete Casa Liston- Secretaria de Assistência Social.

19
20 Pauta: Abertura; Aprovação da pauta; Aprovação das atas nº 315 e 316, Correspondências recebidas e
21 expedidas, Demonstrativo financeiro do fundo-4º trimestre/2023; Relatório de Gestão; Agenda livre.

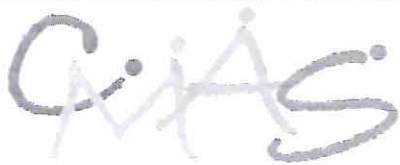
22
23 **Desenvolvimento do Trabalho:** Aos treze dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, com início
24 às oito horas, de forma presencial, realizou-se a plenária do mês de março. A vice-presidente coloca a
25 pauta em aprovação. Aprovada a pauta. Também coloca em aprovação as atas nº 315 e 316. Aprovadas as
26 atas nº 315 e 316. Na sequência, faz-se a leitura das Correspondência recebidas: Solicitação 0051/2024;
27 e-mail do CEAS, e-mail CNAS; e-mail COEGEMAS; ofício nº 033/GAPRE; ofício nº 064, 065 e 066-Gabinete
28 SMAS; ofício nº 74/SMAS; ofício nº 22/2024/MDS; Ofício nº 38/APAS; ofício nº 298/COMPDEC; ofício
29 nº 83/SMAS; ofício nº 040/Câmara do Município de Lages; ofício nº 035/NUMEP. Referente a este ofício
30 foi deliberado a manutenção das representantes do CMAS no NUMEP, sendo aprovado a permanência
31 das representantes no NUMEP, sendo Rita Lang e Patricia Deliri. De Correspondências Expedidas: ofício
32 nº 002 e 003/2024/CMAS. Seguindo a pauta, a apresentação do relatório de Gestão/2023. Eufrásia inicia
33 a apresentação, sinalizando que o relatório é de dados qualitativo/quantitativos, que a apresentação é
34 uma demonstração geral e no relatório semestral apresentará dados mais específicos de cada unidade. O
35 relatório é composto por: Identificação do Órgão Gestor; Apresentação; Rede Socioassistencial Pública e
36 Privada – serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; Trabalhadores do SUAS: rede
37 pública e privada; Financiamento; Gabinete Secretário; Gestão do Trabalho; Núcleo de Educação
38 Permanente do SUAS-NUMEP; Vigilância Socioassistencial; Setor de Notificações e Encaminhamentos
39 Socioassistenciais; Setor de Ouvidoria e Gestão de Parcerias; Fundos Especiais e projetos
40 socioassistenciais; Secretaria Executiva dos Conselhos; Controle Social; Conselho tutelar; Diretoria de
41 Controle e Gestão de Fundos e de Pessoas, transporte, manutenção, patrimônio; cozinha, almoxarifado e
42 tecnologia da informação; Diretoria da Proteção Social Básica e equipamentos; Diretoria de Proteção
43 Social Especial de Média Complexidade e equipamentos; Diretoria da Proteção Social Especial de Alta
44 Complexidade e equipamentos; Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional e equipamentos; inclusão
45 e cidadania e demais itens constantes no relatório enviado aos conselheiros. Durante a apresentação,





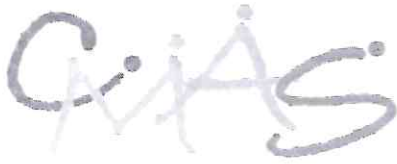
46 houve debates e sugestões, sendo: Falta de registro no sistema digital da Secretaria tanto de rede pública
47 e privada, pois é a forma de comprovação dos atendimentos; A importância do cumprimento das metas
48 da parceria, mediante a oferta pactuada, que algumas prestações estão sendo aprovadas com ressalvas
49 e a discussão dos dados registrados e encaminhamentos; Informes de aumento nas percaptas e parcelas;
50 Sugestão de reunião com as OSC's para analisar dados e esclarecer dúvidas, bem como capacitações que
51 podem ser alinhadas com o NUMEP; Criação de novos setores e alterações em alguns setores dentro da
52 estrutura da Secretaria; Impacto negativo na execução da política pública com a mudanças de gestores,
53 ausência e a rotatividade de trabalhadores nos serviços. A secretária executiva sinaliza a importância
54 deste documento para planejamento e monitoramento do conselho, bem como a importância de
55 cumprimento dos prazos para a apreciação dos conselheiros. Jamile sugere que o relatório de gestão seja
56 apreciado na comissão, de forma a fazer um estudo do relatório. A secretária disse que o mesmo foi
57 entregue posteriormente. Após os debates, a presidente coloca em aprovação. Aprovado com ressalva o
58 Relatório de Gestão /2023. A ressalva baseia-se na análise dos dados do relatório, em relação aos impactos
59 negativos na execução da política pública, devido as mudanças de gestores, ausência e a rotatividade de
60 trabalhadores nos serviços. Como debatido em plenária, os conselheiros aprovam o envio de ofício de
61 recomendação a Gestão, sendo: 1-Solicitação aos serviços que enviem dados para o relatório de gestão
62 no prazo estabelecido pela Vigilância Socioassistencial; 2-Criação de circular interna para os setores, de
63 forma a orientar sobre a necessidade de manter documentos devidamente arquivados e salvos em todos
64 os setores da secretaria, destacando o compromisso ético do servidor municipal em manter e zelar pelos
65 documentos públicos; 3-Uso obrigatório e registro no sistema de informação digital da Secretaria e 4-O
66 cumprimento do Plano de Educação Permanente. Segue-se com o Trabalho das Comissões. Parecer:
67 **Referente ao Demonstrativo Financeiro do Fundo de Assistência Social do 4º trimestre/2023.** A
68 comissão vem solicitar esclarecimentos: Recurso Federal-Proteção Social Básica :Empenho nº 2007
69 referente a aquisição de gêneros alimentícios para a Alta Complexidade foi pago com recurso da Básica;
70 Recurso Estadual-Empenho nº2679 locação de equipamentos foi pago com recursos estadual na lista da
71 PSB benefício eventual, sendo que o custeio desta locação deveria ser com o federal? Empenho nº 2407-
72 troca de vidro para o CRAS III, foi custeado com recurso estadual, estando na lista da PSB benefício
73 eventual. Mediante resposta através do ofício nº46/SMAS, em que sugere observar o número dos
74 empenhos solicitados pela comissão e que não fecham com a descrição do relatório, ressalta-se: Este
75 conselho não foi informado sobre as alterações no formato do Demonstrativo Financeiro, de forma que
76 analisou como os modelos anteriores; Identificou-se que houve alteração no item dotação/rubrica e desta
77 forma não é possível verificar a qual recurso está vinculado; O demonstrativo está em formato geral, os
78 recursos foram rascunhado e separados de forma manuscrita. Mediante estes apontamentos, sugere-se
79 um estudo sobre quais os complementos são necessários para a melhor análise deste órgão de controle
80 social. Após a resposta do ofício nº83/2024-SMAS, a presidente coloca em aprovação. Aprovado com
81 ressalvas o Demonstrativo Financeiro do Fundo de Assistência Social do 4º trimestre/2023, com o
82 encerramento do exercício de 2023. As ressalvas referem-se ao equívoco de pagamentos e falta de
83 informações no demonstrativo financeiro que dificultaram a análise deste órgão de controle social.
84 **Parecer: Respostas dos ofícios referente a Lei Complementar nº187/21 e decreto nº11.791/23.** A
85 comissão em análise as respostas do CNAS e CEAS de que o questionamento do CMAS foi encaminhado a
86 Secretaria Nacional de Assistência Social, bem como informação do CNAS de que os parâmetros para
87 inscrição de entidades e monitoramento está sendo discutido e em breve haverá atualização das
88 normativas, é de parecer que se aguarde as referidas legislações, de forma a alterar a resolução
89 nº002/2016/CMAS. A comissão entende não receber solicitação de inscrição das comunidades
90 terapêuticas até o presente momento, mantendo o resolução 002/2016. Também debateu-se sobre a
91 possibilidade de inscrição das comunidades terapêuticas, nos Conselhos de Assistência Social.





92 Jamile destaca o debate em nível nacional entre saúde mental e Assistência Social, que envolve recursos
93 e as comunidades terapêuticas. Rita faz reflexão de encaminhamentos de usuários e as que as
94 comunidades pedem inscrição no CMDCA. Janaína sinaliza que este debate das comunidades terapêuticas
95 também é feito pelos profissionais, pois muitos são contra repasses financeiros para as estas instituições,
96 pois elas recebem recursos do SUS para custeio, sendo muito maior o valor do que se repassa para os
97 CAPS's, eles recebem do SUS e de outras fontes de recursos. Entende-se que o paciente precisa ser tratado
98 no serviço ambulatorial e pode buscar apoio na comunidade terapêutica. Sabe-se que a fila do SISREG é
99 grande, mas encaminhamos adolescentes e adultos para atendimento pela vaga social direto com a
100 instituição. Outra dificuldade é que as comunidades só recebem o paciente se for voluntariamente, se a
101 pessoa pede para sair, eles liberam, essa é uma das fragilidades, mas está dentro das normativas que rege
102 as comunidades terapêuticas. Elloah informa que são 3 tipos de repasses para as comunidades, estadual,
103 federal e municipal. Só tem uma comunidade terapêutica em Lages, habilitada, que é o CRENSA. Janaína
104 informa que o valor repassado pelo estado é por paciente, pelo SISREG. Rita pergunta sobre a ala do
105 Hospital Infantil, Janaína informa que são leitos de saúde mental, internamento psiquiátrico e
106 complementa que há muitos questionamentos sobre a regularidade das comunidades, bem como se
107 estão aptas a receber as pessoas, tem-se conhecimento que algumas são clandestinas e não tem estrutura
108 e nem equipe. Mediante o debate, deliberou-se por oficiar os conselho de saúde municipal e estadual,
109 sobre como ocorre o processo de inscrição das comunidades terapêuticas, os trabalhos desenvolvidos e
110 os recursos destinados. Jamile faz memória do Pacto de Aprimoramento do SUAS, que prevê um
111 percentual de 10% para atendimento a famílias com dependentes químicos, mas compete a Assistência
112 atender a família, não o usuário. Continua dizendo que é um trabalho intersetorial, cada um sua
113 competência, a Assistência Social não tem a competência para inscrever comunidades terapêuticas.
114 Muitas igrejas estão fazendo esta oferta, sem muito critérios e não tem quem fiscalize. Maria sinaliza a
115 visão errônea que se tem, e chama atenção de que devido ao aumento da população que faz uso de
116 substâncias, vem se aumentando o atendimento imediatista, assim aumenta os atendimentos em locais
117 irregulares, pois o poder público não dá conta, são muitos adolescentes e adultos e famílias precisando
118 de atenção. Janaína acredita que deve vir uma orientação nacional, porém reforça que as comunidades
119 não tem o cunho médico medicamentoso, tem o cunho do tratamento social, os paciente são tratados
120 pelo SUS, pois a comunidade não tem o médico, então o SUS está atendendo. Jamile reforça que há um
121 debate político nacional, tem parte do congresso que é conservador e está vinculado a pessoas destas
122 comunidades. O decreto traz as comunidades para a Assistência Social, em virtude do CEBAS e de certa
123 forma uma coisa ligada a outra. Huan e Elloah acreditam que será difícil enquadrá-las na Assistência, em
124 virtude da oferta e caracterização. A presidente coloca em aprovação o parecer da comissão. Aprovado o
125 parecer de aguardo das legislações nacionais, para posterior alteração da resolução nº 002/2016/CMAS,
126 que dispõe sobre a inscrição de entidades. Parecer: Ofícios nº33/GAPRE, nº 64,65, 66,74/SMAS.A
127 comissão de monitoramento após análise entendeu ser pertinente debater os mesmos em plenária.
128 **Parecer: Calendário de visitas.** A comissão sugere iniciar as visitas de monitoramento nos equipamentos,
129 enquanto aguarda os planos de ação e relatórios de atividades das OSC's para agendamento. A presidente
130 sugere que a comissão no momento das visitas, solicite o quadro de funcionários do equipamento, para
131 poder comparar com os dados repassados pela Gestão. Rita disse que há muitos setores defasados de
132 profissionais, alguns de licença, desta forma é preciso chamar do seletivo e a população não entende.
133 Elloah destaca que mediante o ofício não se admite mais reclamações, pois entende-se que está sendo
134 suprido. Huan faz reflexão que são várias situações, afastamentos e licenças de saúde, porém funcionário
135 afastado não é faltante. A presidente sugere como encaminhamento, a solicitação de ofício a gestão da
136 Assistência Social, sobre o quadro de funcionários efetivos afastados, por serviços, qual a situação e a
137 necessidade de suprir estas vagas. Referente ao parecer da comissão, a presidente coloca em aprovação.





138 Aprovado a proposta de calendário de visitas nos equipamentos públicos. Referente aos ofícios sobre a
139 nomeação dos cargos em comissão da nova estrutura administrativa, a secretaria executiva disse que o
140 promotor se colocou à disposição para agendamento com o Conselho. Rita disse que esta pauta já está
141 no Ministério Público. Huan destaca que como a resposta recebida pelo conselho é de que ainda não
142 foram nomeados, sugere o envio de ofício para o prefeito, daqui há trinta dias. Aprovado. Referente ao
143 ofício do cronograma do chamamento do concurso, os conselheiros aprovam o envio de ofício a Secretaria
144 de Administração, solicitando informações sobre o cronograma de chamamento dos aprovados no
145 concurso público e processo seletivo da Prefeitura.

146
147 **AGENDA LIVRE:** Não houve informes.
148
149

150 Nada mais havendo a presidente Maria Aparecida da Fonseca encerrou a reunião, eu Ana Paula Battistella,
151 Secretária Executiva lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será colada em livro próprio de
152 atas e a gravação da presente salva em arquivo.

153 *Elisabete Cruz, Leonam Nunes Correia, Daniela A. Lourenço, Janaina F.*
154 *Schlickmann de Souza, Salúcio Marcelo Ribeiro Matos, Paloma Carla*
155 *Louis Felipe Zanonke, Huan Jean Pina* *(Ass.)* *(Ass.)*
156 *Vanessa Adriana de F. Maria Quoz Jamile Araújo Yared*
157 *Marcelo Justino da Silva*
158 *Rita de Cassia Camp.*
159
160
161
162
163
164
165
166

Maria Aparecida da Fonseca
Maria Aparecida da Fonseca
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social



(Handwritten mark)